

Ante-projeto de normas exigidas para projetos de Pesquisa do INEP.

I - Introdução

a) Articulação entre os fins do INEP e as atividades de Pesquisa.

Os projetos específicos de Pesquisa deverão ser elaborados em conformidade com as prioridades a serem estabelecidas pela Comissão de Programas/INEP, de acordo com as finalidades básicas do INEP, referidas no artigo 2º de seu regulamento, como se segue:

Art. 2º - Para a consecução de sua finalidade básica, compete ao INEP:

- I - estudar e pesquisar a situação da educação no País, fornecendo subsídios para a elaboração de uma política educacional;
- II - realizar estudos e pesquisas e promover experimentação, visando a soluções inovadoras para o aperfeiçoamento da educação nacional;
- III - estabelecer e acompanhar, em articulação com os órgãos competentes, em escala nacional, um plano de prioridades em pesquisas educacionais;
- IV - colaborar, quando solicitado, com órgãos federais, estaduais, municipais e instituições particulares para a implantação das soluções indicadas pela pesquisa e experimentação pedagógica e em situações compatíveis com suas finalidades.

A importância de tal conexão é crucial, tendo-se em vista que somente assim poderá o INEP desempenhar o que se propõe.

Prtindo desta consideração é fácil compreender que não cabe, aprioristicamente, a proposição de um temário de pesquisas a serem desenvolvidas. O número de temas é, praticamente, infinito e sua delimitação e abrangência ficarão dependendo, de um lado, das prioridades estabelecidas, de acordo com os objetivos referidos, e de outro, das limitações existentes, principalmente, no que se refere a recursos humanos e financeiros, nas 4 áreas de investigação propostas no Programa Antônio Teixeira:

- a) ensino de 1º grau
- b) ensino de 2º grau
- c) ensino superior
- d) educação especial

b) Pesquisa em Educação.

A escolha do tipo de pesquisa a ser utilizada em cada projeto dependerá, necessariamente, da adequação do método à natureza do problema, de maneira como se focaliza o fenômeno. Assim, sendo, pode-se pensar no oferecimento de uma classificação mais abrangente em que se poderão incluir todas as categorizações de tipos de pesquisa, ou métodos existentes, ou a serem desenvolvidos de acordo com as características especiais de cada estudo a ser observado e analisado. Dentro desta perspectiva, podem-se considerar dois pontos de vista complementares quanto à possibilidade de se fazer ciência em educação:

- 1 - Descriptiva e Analítica (*Survey*)
- 2 - Básica e Aplicada
Teórica Experimental

A pesquisa descriptiva tem por objetivo:

- a) obter familiaridade com o fenômeno;
- b) retratar precisamente as características de um indivíduo particular, de uma situação ou grupo;
- c) determinar a frequência com que um fenômeno ocorre.

A pesquisa analítica visa testar hipóteses de relação causal, necessariamente inferida, a partir dos dados coletados na realidade empírica, podendo levar ao estabelecimento de princípios reguladores dos fenômenos e de leis do comportamento.

A pesquisa descriptiva deverá sempre ser considerada como passo inicial, exploratório, do campo a ser explicado cientificamente. Para que a explicação científica de um fenômeno tenha lugar, faz-se necessário complementar a pesquisa descriptiva com a analítica. É neste sentido que Joel Martins observa:

"Por definição poder-se-ia dizer que não há qualquer pesquisa científica que seja ideográfica (descriptiva). A maior parte da pesquisa educacional é, e precisa ser científica, porque procura descobrir as leis do comportamento que são aplicáveis a uma classe geral, ou ao conjunto de indivíduos (analítica). Com esta afirmação não se está procurando negar a utilidade dos métodos ideo-

Estudo de
caso

gráficos (descritivos) em educação, pois elas são muito úteis, entretanto, não levam elas a proposições gerais de regularidade dos acontecimentos, o que constitui a essência do trabalho científico".(1)

Entretanto, na situação atual brasileira, em que se dispõem de recursos precários para o conhecimento da realidade geo-sócio-econômico-cultural, é óbvia a necessidade de informações sobre condições do sistema educacional, sendo a pesquisa descritiva característica dos primeiros estágios de trabalho, em áreas em que fatores significativos não puderam ser ainda isolados ou não possam ser medidos sem uma identificação prévia. As linhas entre uma simples descrição e a análise não são, algumas vezes, muito definidas, pois a descrição, de certo modo, é analítica, ressaltando determinados aspectos e não se limitando a generalidades vagas e ancoras.

O segundo ponto de vista, em que se classificam os tipos de pesquisa em básica e aplicada se baseia predominantemente no enfoque que o pesquisador dá ao problema, que pode, grosseiramente, ser diversificado em enfoque intelectual e prático.

-
1. Martins, Joel "Curso de Pós-Graduação para Pesquisadores Educacionais" In: Separata da Revista Ciência e Cultura, Vol. 23, nº 6, desembro de 1971 - Simpósio sobre Pesquisa para o Planejamento Educacional.

"As investigações orientadas por estes dois tipos de enfoque - investigações estas algumas vezes chamadas pesquisas "puras" (ou "básicas") e aplicadas - são discutidas como se elas fossem de algum modo opostas ou mutuamente exclusivas, e frequentemente como se uma fosse melhor que a outra. Tal abordagem é errônea. Historicamente, o trabalho científico tem-se preocupado tanto com o conhecimento em si mesmo, quanto com o conhecimento que pode contribuir para propósitos práticos" (2).

II - Diretrizes relativas à sistemática dos projetos de pesquisa/INSP

Para a garantia do rigor científico no estudo de um problema é indispensável sejam observados certos requisitos tanto na formulação desse problema quanto na execução do projeto.

A ordem de enumeração dos itens, abaixo relacionados, não importa necessariamente em uma sequência obrigatória no desenvolvimento do trabalho. Os requisitos mencionados deverão ser encarados sempre como um quadro de referência adaptável às condições específicas de cada projeto. Assim cada projeto apresentado deverá conter pelo menos os seguintes elementos:

1- Com relação ao projeto:

a) do pessoal

I. Indicação do especialista responsável pelo projeto e do corpo de colaboradores, acompanhada dos respectivos "curriculum vitae", em que se enfatize a qualificação desses colaboradores frente ao problema, objeto de estudo-pesquisa (não deles anexo 1).

b) do projeto

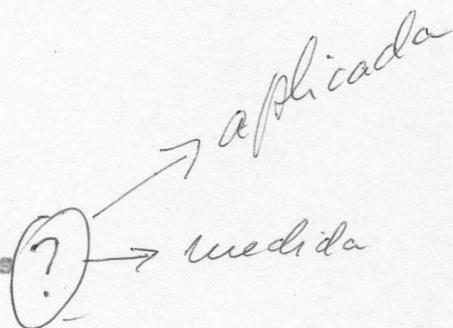
I. Colocação do problema. Importância do ponto de vista teórico, bem como sua contribuição para o avanço do conhecimento teórico ou prático para o campo da Educação.

II. Definição do problema - rigorosamente formulado.

(2) Sellitz, Jahoda, Dentch, Cook - Research Methods in Social Relations - Holt Rinehart Winston - New York - 1963.

III. Fundamentação Teórica

- a) conceitos relevantes
- b) hipóteses principais
- c) definições operacionais



IV. Metodologia

- a) tipo de pesquisa
- b) informantes (censo ou amostragem)
- c) coleta de dados - instrumento(s) a ser usado indicando seu relacionamento e adequação à coleta de dados relativos às hipóteses propostas. (Um modelo do instrumento(s) deve ser anexado ao projeto).

V. Análise dos dados

- a) modelos e tabelas indicando sua adequação ao teste das hipóteses

VI. Cronograma - Indicação das fases e dos momentos de apresentação de relatórios parciais e maiores

VII. Orçamento

- a) material
- b) pessoal (modelo anexo 2)
- c) de relatório

despejar convencer o leitor

"O propósito do relatório da pesquisa é informar os leitores sobre o problema investigado, sobre os métodos utilizados para solucioná-lo, comunicando os resultados da investigação e as conclusões inferidas dos resultados" (3)

O relatório deve ser breve, objetivo, claro e completo. A tarefa não é tão fácil quanto parece, pois o investigador precisa ter em mente que seu objetivo deve ser sempre relatar e nunca procurar convencer o leitor das suas conclusões. Talvez a melhor orientação a tomar seja a de garantir, através do relatório, a possibilidade de réplica da pesquisa por outra pessoa, sem que qualquer explicação adicional se faça necessária. Se esse critério não for atendido pode-se dizer, então, que o relatório está incompleto.

O roteiro de um relatório de pesquisa se assemelha muito ao de um projeto. É preciso que se destaquem nele as etapas principais: o problema, a metodologia e os resultados. O relatório

(3) Kerlinger F. - Foundations of Behavioral Research - Holt Rinehart Winston - N. Y. 1964.

rio deve ser uma explanação clara do que foi feito, por quê e como foi feito, e em que resultou este trabalho.

Incluirá, portanto, o relatório, necessariamente, pelo menos três partes, que poderão apresentar de forma geral, o que vem indicado abaixo:

I. O Problema

1. Fundamentação teórica
2. Definição
3. Hipóteses
4. Revisão da literatura sobre o assunto como quadro de referência

II. Metodologia - (Coleta de dados)

1. Amostra e método de amostragem
2. Teste das hipóteses, metodologia usada
3. Mensuração das Variáveis (descrição do processo e instrumentos usados)
4. Métodos de análise (estatística)
5. Pré-testes e estudos pilotos

III. Resultados, Discussões e Conclusões

Esta parte do relatório, embora, frequentemente apresentada na literatura científica como uma unidade, constitui-se de três partes distintas, a saber:

a) RESULTADOS -

Apresentação dos dados brutos e sua análise estatística (teste de hipótese), preferentemente em tabelas.

b) DISCUSSÕES -

Relatos das limitações e pontos fracos do estudo para dar possibilidades ao leitor de julgar da validade das conclusões tiradas, a partir dos dados, bem como a análise da literatura correlata e proposição de hipóteses alternativas.

c) CONCLUSÕES - As conclusões são tiradas à luz da análise dos dados bem como das discussões apresentadas.

Nota:

Há uma série de publicações relativas ao assunto específico de "forma" e "estilo" para este tipo de relatório, que poderá

ser consultada, principalmente se o relatório for escrito com finalidade de publicação. Entre eles o Manual da "American Psychological Association" e o clássico "A Manual of Style" Chicago, University of Chicago Press, 1949.

COMISSÃO DE NORMAS:

Júnia Jonhson - (Coordenador)

Maria Yvonne Atalécio de Araújo

Nelma de Abreu e Lima Fóres

(ANEXO 1)

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Investigador Principal (função no projeto)

Nome	Título		
1. Data de Nascimento			
Local			
2. Experiência Educacional			
a) Graus obtidos	Instituição	Área de especialização	Ano

b) Treinamento e Experiência em pesquisa:

3. Principais Campos de Interesse Científico:

4. Publicações:

5. Informações Suplementares:

Por ex.:

- a) Bolsas de Estudo, prêmios
- b) Associações profissionais a que pertence

(ANEXO 2)

ORGANIZACAO

Investigador
Principal:
Instituição:

Duração:
Duração inicial:
Data final:

CATEGORIAS	% de tempo no projeto	SALÁRIO	12 ANO	29 ANO	TOTAL DOS ANOS
<u>PESSOAL</u>					
Investigador Principal	100%				
Co-Investigador	100%				
Secretaria-Executiva					
Diretor do projeto					
- assistentes					
- entrevistadores e codificadores					
- perfuradores					
<u>MATERIAL</u>					
Duplicadores					
Papel					
Cartões IBM					
Selos					
Telefone, etc.					
<u>SERVICOS</u>					
Programador					
Aluguel computador					
Outros equipamentos (contadores, leitores, etc.)					
<u>OUTRAS DESPESAS</u>					
Viagens					
Despesas e/entrevistas					
Transporte, etc.					
ADMINISTRAÇÃO 20%					
		Sub-Total			
		TOTAL			

A- OS TEMAS DE PESQUISA

Entre as premissas básicas que orientam a ação do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, uma das mais significativas diz respeito ao esforço que se pretende desenvolver com vista à introdução de um número cada vez maior de elementos de racionabilidade no trato dos problemas educacionais a ele pertinentes. Isto só será atingível pela incorporação crescente das técnicas de planejamento, graças à aplicação crescente dos conceitos e dos métodos da ciência moderna à educação. A Implantação de uma sistemática de planejamento exige um conhecimento objetivo do sistema que se pretende planejar e da sociedade em que ele está inserido. Tal conhecimento implica no desenvolvimento de um amplo programa de pesquisas, de modo a ajudar os responsáveis pelo planejamento não apenas a estabelecer as prioridades, mas também a escolher as estratégias mais adequadas relativamente aos objetivos a serem atingidos.

Os dados necessários ao planejamento adequado do Programa exigem estudos que incidem sobre quatro ordens de problemas:

- 1) psico-pedagógicos;
- 2) potencial de recursos humanos do ensino de segundo grau;
- 3) organização e funcionamento do sistema de ensino de segundo grau;
- 4) mercado de trabalho.

1). ASPECTOS PSICO-PEDAGÓGICOS. O estudo de tais problemas tem por objetivo a coleta de informações sobre os processos de ensino e a aquisição de conhecimentos, envolvendo, por consequinte, dados objetivos sobre estrutura, conteúdo e métodos educativos. Mais concretamente, tais informações dizem respeito diretamente à organização, análise e avaliação de currículos e análise e avaliação da metodologia do ensino, incluindo nesta os problemas relativos à promoção e adoção de inovações educacionais. A posse de tais dados se constitui num primeiro passo no sentido de proceder-se a melhoria da eficiência do sistema de ensino considerado.

3.1. ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS. Sobre este tópico, todo um conjunto de estudos empíricos podem ser efetuados. Estes não devem limitar-se apenas a estudos estatísticos dos atuais currículos em termos das disciplinas que o compõem e ao modo como estão organizadas, mas antes as investigações que focalizem a necessidade de ajustar os currículos existentes aos imperativos de uma sociedade em acelerado processo de transformação. Por outro lado, a adoção desta abordagem implica, por conseguinte, na substituição de um ponto de vista legalista sobre currículo - por outro em que são privilegiados seus componentes sócio-econômicos.

1.2. METODOLOGIA DO ENSINO. As pesquisas sobre este tema têm uma dupla finalidade. De um lado, elas objetivam medir a eficiência dos atuais métodos de ensino, identificando os principais fatores responsáveis por possíveis ineficiências e indicando o modo como poderão ser superadas. De outro, se situam aquelas que têm por objetivo específico o estabelecimento de uma política racional de promoção e adaptação de novos métodos e procedimentos visando melhorar o rendimento do ensino ministrado. Incluem-se neste tópico, entre outras coisas, a realização de estudos e experimentos com o objetivo de implantar-se novas "tecnologias educacionais". Neste contexto, ganha relevância a realização de um certo número de pesquisas, cuja finalidade seja a identificação dos fatores que inibem ou facilitam a incorporação de inovações pelo sistema educacional. Tal identificação constitui-se, com efeito, num passo preliminar absolutamente necessário com vista ao estabelecimento de um processo permanente de mudança induzida.

Todos os aspectos cobertos por este tópico constituem estudos de caráter tipicamente avaliativos, cujo propósito é o de determinar a importância relativa de determinadas variáveis para a ocorrência de dado fenômeno com vista a fornecer subsídios ao processo de tomada de decisão.

Tais estudos podem ser desenvolvidos pela verificação de grau em que determinadas estratégias de ensino são mais ou menos eficazes quanto ao atingimento de "goals" educacionais específicos operacionais definidos e empiricamente quantificáveis. A avaliação das estratégias selecionadas exige normalmente que se estabeleçam um determinado número de "controles" com vista a clarificar-se adequadamente a relação entre variáveis independentes e dependentes. Esses controles incluem-se em dois grupos principais:

1 - os alunos: características demográficas (sexo, idade, etc), psicológicas (Q.I., traços de personalidade, etc.), sociais (status sócio-econômico dos pais, etc);

2 - professores: características demográficas, características psicológicas, características sociais, tipo e tempo de formação, experiência didática e atualização pedagógica.

2). LEVANTAMENTOS SOBRE O POTENCIAL DE RECURSOS HUMANOS DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU. A finalidade de tais estudos é constituir um retrato tão objetivo quanto possível do potencial do ensino de segundo grau quanto a seus recursos humanos.

Dois tipos de levantamento podem ser desenvolvidos:

1.2. de natureza quantitativa; 2.2. de natureza qualitativa.

2.1. LEVANTAMENTOS DE NATUREZA QUANTITATIVA. Entre as informações mais relevantes a serem proporcionadas por tais estudos, colocam-se as que dizem respeito ao número de docentes e pessoal técnico-administrativo de acordo com as diversas regiões, os setores e econômicos, os cursos e as disciplinas; número de alunos por docente segundo as categorias anteriores; estimativas das taxas de mortalidade e incorporação desses profissionais segundo as categorias assinaladas.

O acesso a esse tipo de informações adiante importantes subsídios para a identificação dos principais problemas relativos a "deficits" ou "excessos" dos recursos humanos do ensino de segundo grau segundo as regiões do país, as áreas econômicas, os tipos de cursos e as diversas disciplinas.

2.2. LEVANTAMENTOS DE NATRUEZA QUALITATIVA. A finalidade precípua das pesquisas a serem desenvolvidas sob este tópico visa o fornecimento de indicadores válidos e fidedignos sobre o tipo e nível de qualificação do potencial de recursos humanos do ensino de segundo grau. Isto pode ser conseguido mediante a elaboração de um perfil do pessoal docente e técnico-administrativo em termos de diversas características:

- a - demográficas: sexo, idade, local de nascimento;
- b - sócio-econômicas: origem social, status ocupacional, envolvimento profissional, nível salarial, tempo de engajamento profissional;
- c) educacionais: tipo e nível de formação profissional adquirida, tempo de formação, nível de atuação;

O acesso a esse tipo de informação possibilita não apenas um conhecimento da situação jurídica desses profissionais quanto a posse ou não de habilitação necessária ao desempenho de suas funções, mas fornece também subsídios concretos quanto às possibilidades de desenvolvimento de uma política racional e eficiente com vista à melhoria da qualidade dos recursos humanos do ensino de segundo grau.

3) ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU. O desenvolvimento de tais estudos tem por objetivo permitir um conhecimento objetivo sobre a estrutura e a dinâmica da escola e do sistema escolar de segundo grau, especialmente quanto a seus aspectos burocráticos. Tais estudos, quando sistematicamente conduzidos podem fornecer esclarecimentos de grande relevância sobre os processos de tomada de decisão e o modo como se distribui o poder dentro da escola, os critérios de seleção e promoção do pessoal normalmente utilizados, padrões de relacionamento vigentes dentro da escola, avaliação do grau em que tais características facilitam ou inibem a adoção de inovações dentro da escola.

4) ESTUDOS SÔBRE MERCADO DE TRABALHO. Um aspecto importante no que concerne à implantação de uma sistemática de planejamento das atividades do Programa diz respeito ao conhecimento que se precisa ter da estrutura e evolução do mercado de trabalho. Isto é ainda mais premente devido às características de terminalidade e diversidade profissional de que passou a revestir-se o ensino de segundo grau. Com efeito, um ensino profissionalizante só poderá ser adequadamente implantado se tiver acesso a importantes informações sobre o que está ocorrendo no mercado de trabalho.

Entre a gama de problemas altamente complexos que precisam ser respondidos mediante o desenvolvimento de pesquisas sistematicamente conduzidas, situam-se as seguintes questões:

- a) Quais são os tipos de profissionais atualmente exigidos pelo mercado de trabalho?
- b) Que nível de qualificação tais profissionais precisam apresentar?
- c) Como se comporta a estrutura ocupacional face às mudanças tecnológicas e as novas necessidades da sociedade emergente?
- d) Quais as principais tendências de evolução do emprego segundo os setores econômicos e os ramos que os compõem?

As respostas a indagações deste teor exige que se desenvolvam análises minuciosas sobre o processo de desenvolvimento sócio-econômico e suas implicações relativamente ao mercado de trabalho. A realização de estudos empíricos sistemáticos neste âmbito permitirá que se alcance um relativo equilíbrio entre o desenvolvimento do País e as necessidades de formação e treinamento dos profissionais exigidos. No que concerne à formação dos recursos humanos para o ensino de grau, tais estudos oferecerão indicações positivas que permitirão identificar não apenas as principais deficiências atualmente existentes como as áreas prioritárias em termos do desenvolvimento futuro.

Entre os muitos aspectos que podem ser objeto de tais estudos, podem-se mencionar os seguintes:

- a) Estudos globais que forneçam uma visão bastante objjetiva da situação do emprego segundo os setores econômicos, especialmente no industrial e no de serviços, que permitam identificar as principais categorias profissionais existentes, estimativas das taxas de absorção, da mobilidade ocupacional;
- b) seleção de certas ocupações de nível médio de importânca estratégica face às tendências de desenvolvimento da economia e elaboração do perfil profissional e social dos profissionais nelas engajados, cuidando-se de medir a importância do ensino sistemático para o sucesso (insucesso) ocupacional;
- c) análises ocupacionais sistematicamente conduzidas que permitam atingir-se os seguintes objetivos:
 - 1 - identificação de certo número de famílias ocupacionais estratégicas e sistematização das exigências educacionais básicas para o desempenho das atividades a elas pertinentes;
 - 2 - avaliação do grau de ajustamento entre o que foi ensinado através da escola e as tarefas concretamente desempenhadas pelo profissional no emprego;
 - 3 - avaliação do grau de proximidade entre o tipo de formação especializada recebida pelo profissional e o tipo de trabalho por ele concretamente desempenhado;
- d) seleção de certo número de ocupações de nível médio de grande importância funcional e acompanhamento de sua evolução no tempo, onde se retrata suas principais metamorfoses em face da crescente sofisticação tecnológica.

Informações desse tipo são de importância crucial para o processo de tomada de decisão. Ressaltam em primeiro lugar, os subsídios quanto ao planejamento de currículos mais adequados às exigências detectadas através dos estudos científicamente conduzidos. Isto poderá implicar tanto reformulação do conteúdo de certas disciplinas quanto ao abandono de algumas e introdução de novas. O conhecimento destes dados no que concerne à política de desenvolvimento de recursos humanos para o ensino de segundo grau permite indicações positivas sobre três ordens de problemas:

- a) quanto ao número dos profissionais a serem preparados;
- b) quanto à determinação dos tipos e níveis de qualificação de tais profissionais;
- c) quanto à escolha das formas de preparação a serem utilizadas.

Só mediante o conhecimento desses parâmetros se terá condições para estabelecer prioridades e estratégias exequíveis com vista ao atingimento dos objetivos atribuídos ao Programa.

B - TIPOS DE PESQUISA

O acesso às informações sobre os temas acima referidos podem ser conseguido através de dois tipos de pesquisa.

- a) análise de estudos já realizados;
- b) pesquisas de campo.

a). ANÁLISES DE ESTUDOS JÁ REALIZADOS. Qualquer setor de pesquisa só poderá encaminhar adequadamente suas funções na medida em que implantar como atividade permanente a análise sistemática de estudos já realizados por outras instituições de pesquisa. A assimilação rápida e constante das contribuições adiantadas por tais estudos apresenta dois efeitos altamente benéficos. De um lado, evita-se com isso a duplicação de esforços e de gastos com estudos sobre os mesmos tipos de fenômenos. De outro, a análise e avaliação dos estudos já realizados constitui-se num passo preliminar absolutamente necessário ao maior grau de sistematização e aprofundamento de investigação ulteriores a serem efetuadas. Neste contexto, o desenvolvimento desse tipo de análise deve assumir importância crucial na realização das atividades de pesquisa do Programa.

Essas análises envolvem as seguintes atividades:

- a- análise e avaliação de estudos sobre quaisquer dos tópicos pertinentes à atuação do Programa;

b - análise e sistematização dos principais resultados apresentados por tais estudos, com vista à sua utilização no planejamento do Programa;

c - estudo de modo pelo qual tais resultados podem ser incorporados em investigação posterior.

Para o adequado desempenho das atividades descritas, dois requisitos precisam ser preenchidos. Por um lado, torna-se necessário que se procure cadastrar as instituições que executam pesquisas sobre questões pertinentes à problemática do Programa e que se mantenha com elas constante intercâmbio para a troca de informações. De outro, que se esteja constantemente atento aos avanços teórico-metodológicos de modo a ter-se condições de avaliar criticamente os estudos desenvolvidos, cuidando-se de incorporar os seus principais resultados nos estudos executados sob os auspícios do Programa.

b). PESQUISAS DE CAMPO. Parte ainda mais importante das atividades de pesquisa do Programa deverá ser constituída pela realização de estudos empíricos sobre problemas específicos relativos aos tópicos anteriormente mencionados. Esses estudos devem fornecer à Gerência do Programa os dados necessários ao adequado planejamento de suas atividades. Para tanto, tais estudos precisam ser conduzidos com o necessário rigor científico. É neste contexto que se coloca a necessidade de estabelecer-se algumas normas que orientem sob este aspecto.

A execução de levantamentos de campo pode ser realizada de dois modos: diretamente ou por meio de contrato de sub�cação de serviços. O segundo sistema deverá sempre ser preferido quando a execução do estudo ultrapassar a capacidade técnica do Programa. Este sistema apresenta ainda vantagens adicionais. Em primeiro lugar, para cada pesquisa será possível recorrer-se aos melhores especialistas sobre o assunto em questão. Em segundo, permitindo maior flexibilidade salarial, ter-se condições de contar com serviços de técnicos de reconhecido renome. Em tais casos, o que é importante é que o Programa mantenha sempre, através da Assessoria de Pesquisa, controle estreito sobre o rigor dos estudos a serem desenvolvidos.

De qualquer forma, o dinamismo e vigor de uma assessoria de pesquisa não poderão ser mantidos se esta vier a transformar-se numa função puramente burocrática. Por isso, julga-se da maior relevância que certo número de estudos seja desenvolvido sob responsabilidade direta da Assessoria de Pesquisa.

LIII - DIRETRIZES RELATIVAS À SISTEMÁTICA DE TRABALHO

Como foi assinalado anteriormente, objetivo fundamental deste programa é apenas delinear as grandes áreas que deverão ser cobertas pelas pesquisas a serem realizadas e estabelecer as linhas básicas que nortearão o desenvolvimento de tais atividades. Com relação a cada um dos grandes tópicos, de conformidade com as prioridades a serem estabelecidas pelo planejamento, deverão ser elaborados projetos específicos. Para que tais pesquisas orientem realmente o processo de tomada de decisão, dois requisitos precisam ser satisfeitos. Em primeiro lugar, os estudos a serem desenvolvidos precisam focalizar os temas realmente cruciais do ponto de vista da política do Programa. Em segundo, esses estudos deverão ser conduzidos com o necessário rigor científico de modo que os resultados estabelecidos sejam válidos e fidedignos.

Em vista da relevância dos problemas levantados, assume importância crucial o estabelecimento de certas normas que orientem a execução das atividades de pesquisas realizadas sob os auspícios do Programa.

O ponto fundamental se refere ao estabelecimento de uma sistematização de trabalho por projeto. Estes, uma vez elaborados, deverão ser submetidos à consideração da Gerência do Programa. Assim, cada problema a ser investigado deverá ser estruturado em forma de projeto. Estes deverão conter os seguintes elementos:

- a) indicação do especialista responsável pelo desenvolvimento do estudo;
- b) introdução bibliográfica sucinta que permita situar científicamente o problema a ser investigado;
- c) explicitação suficientemente clara dos objetivos do estudo projeto, cuidando-se também da definição de universo a ser coberto pela investigação; quando tratar-se de estudos explicativos, deve-se explicitar as hipóteses que serão submetidas a teste;
- d) definição da metodologia que orientará a condução do estudo; esta definição deve incluir necessariamente informações sobre os procedimentos de encuestagem, a elaboração do instrumento de coleta e o modo como será aplicado, a codificação dos dados e os procedimentos analíticos a serem utilizados;

- e) citação da bibliografia básica que servirá de suporte para o desenvolvimento do trabalho;
- f) explicitação dos recursos necessários para a execução do projeto, incluindo-se custos financeiros e materiais e o pessoal necessário;
- g) escalonamento das diversas etapas de desenvolvimento do estudo em termos de tempo necessário, especificando-se as datas em que serão apresentados os relatórios parciais e/ou completos;
- h) o relatório final de pesquisa, por sua vez, precisa ser redigido segundo os padrões normalmente definidos para as pesquisas sistematicamente conduzidas; consequentemente, deverá incluir informações claras sobre os seguintes aspectos:
 - 1- como como foi definido o problema de investigação e que objetivos pretendia alcançar;
 - 2- como foi delineado o estudo, especialmente os critérios de amostragem e o tipo de instrumento usado na coleta de dados;
 - 3- explicitação dos critérios usados na codificação dos dados levantados;
 - 4- os procedimentos de análise usados no tratamento do material levantado;
 - 5- finalmente, apresentação sistemática dos principais resultados e conclusões alcançados com o estudo.

A implantação desta sistematização tem dois objetivos. De um lado, ela permitirá certamente um avanço qualitativo quanto aos padrões que deverão orientar os estudos conduzidos às expensas do Programa. Dentro desta ótica, se inclui, entre outras coisas, o estabelecimento de maior padronização quanto aos dados a serem levantados. De outro, ela permitirá um crescimento cumulativo quanto aos estudos desenvolvidos. Com efeito, será sempre possível beneficiar-se das pesquisas já realizadas, aproveitando-lhes os aspectos positivos e evitando seus possíveis defeitos.

Relatório da Comissão de Ensino Superior

Reunidos por convocação do INEP, no período de 4 a 7 de abril de 1972, na sala 401 da Escola de Comando e Estado Maior do Exército com vistas à consecução da tarefa que lhes foi proposta, de, no campo de pesquisa do ensino superior

- conhecer as iniciativas em curso, para evitar duplicidade de projetos;
- examinar as sugestões apresentadas para selecionarmos aquelas que segundo as prioridades, estabelecidas pelo Governo em âmbito nacional pudessem ser objeto de cogitação imediata;
- propor tratamento adequado das pesquisas educacionais.

os integrantes da Comissão de Ensino Superior apresentam os resultados dos trabalhos em consonância com a orientação imediata.

Decorreu do consenso geral o entendimento de que resultados objetivos no campo da pesquisa só poderão efetivar-se mediante uma abordagem sistêmica, de caráter permanente e contínuo que equacione o assunto a tratar não como um rol de tarefas autônomas a serem cumpridas, mas, ao contrário como peças de uma engrenagem: vale dizer é pensamento da comissão que pesquisa se realiza em plenitude quando continuada, ordenada, avaliada, revista; requer inter-relacionamento de atividades, interação. O raciocínio não inválida, antes, reforça, a necessidade de que outras iniciativas se desenvolvam, outros esquemas se organizem, de apoio a essa abordagem sistêmica, constituindo o que poderia ser considerado um tipo de mecanismo alimentador: corresponderia tal mecanismo à realização de outras pesquisas, ditas assistênicas ou tópicas, igualmente, necessárias para conhecimento da realidade brasileira, e emergentes seguindo as modificações do quadro educacional.

Conjugados esses dois aspectos, pensa a Comissão poderá a matéria ter o tratamento adequado, evitando-se o risco de que o processo educacional - dinâmico por excelência - venha a ter, por um lado, tratamento episódico, ou de outra parte seja enquadrado em esquemas inflexíveis que tendem, por tanto, a estratificar-se.

O raciocínio, sendo válido não apenas para o ensino superior, conduziu a uma recomendação acauteladora, também genérica, no sentido de que, a qualquer nova incurção no campo da pesquisa deveria preceder o levantamento de subsídios já existentes vinculados à matéria.

Dada a conceituação acima, e analisados os depoimentos colhidos, a Comissão de Ensino Superior propõe:

- Estabelecimento de sistemas para administração, coordenação e execução de pesquisas educacionais em entidades de variados graus de complexidade;
- Preparação de pessoal em diversos níveis para os trabalhos de pesquisa;
- Implantação de pesquisa sistemática mediante a utilização dos seguintes recursos:
 - a) Cadastramento
 - de pesquisadores
 - instituições que já realizam projetos
 - pesquisas já realizadas
 - pesquisas em andamento
 - b) Bibliografia analítica;
 - c) Implantação de sistema de registro das unidades fornecedoras de dados, situado nos órgãos centrais;
 - d) Banco de Dados;
 - e) Constituição de Comissão encarregada de elaboração e análise de modelos de sistemas.

Ocorre, ainda, à Comissão de Ensino Superior indicar como prioritários os seguintes temas de pesquisa:

- Carga horária do estudante incluindo tempo dedicado a estudos individuais, com vistas à conceituação de "estudantes de tempo integral";
- Pesquisa psico-pedagógica da aptidão para estudos de nível superior, visando à adequada formulação de testes do concurso vestibular;
- Perda do sistema universitário;
- caracterização do corpo docente do ensino superior;
- necessidade de pessoal docente para atender à expansão do Ensino Superior: aspectos quantitativo e qualitativo;
- Relação entre a expansão do ensino superior e o mercado de trabalho;
- Relação Universidade/Comunidade e avaliação de programas;

- Capacidade e possibilidade da Universidade brasileira para educação de adultos;
- Estrutura universitária vigente (institucionalização do departamento)
- Diversificação do currículo (verificação, comparação regional e atendimento das necessidades locais;
- Formação do profissional de educação na Universidade;
- Cursos profissionais de pequena duração;
- Avaliação da implantação do 1º ciclo na Universidade brasileira;
- Viabilidade técnica e econômica da introdução de sistemas de tecnologia educacional no âmbito do ensino superior;
- Situação da pós-graduação no país;
- Ensino Superior no Grande Rio;
- Avaliação dos sistema de financiamento do ensino superior;
- Custo do ensino
- Mecanismos de bloqueio na implantação da reforma universitária

MECANISMOS DE AÇÃO

A) Em relação à realização e ao financiamento das pesquisas

- 1 - Os temas selecionados pelo INEP, serão objetos de ampla divulgação para conhecimento das agências de pessoas capazes e interessadas em se empenharem nas respectivas pesquisas.
- 2 - As entidades, agências ou pessoas proporão ao INEP, mediante a apresentação de projetos, as condições para realização das pesquisas, indicando estimativa de custos e possíveis fontes de financiamento.
- 3 - O financiamento das pesquisas situar-se-á em diferentes hipóteses a saber:

a) Integralmente atendido pela entidade proponente
 Encontrar-se-ão nessa situação Universidades, entidades de ensino e pesquisa em que pesquisadores de seu corpo permanente, ou por eles controlados desenvolverá as pesquisas.

b) Parcialmente atendido pela entidade proponente

Nessa hipótese o proponente poderá partilhar das despesas com outras agências que participem da execução da pesquisa.

c) Subvencionado pelo INEP. Por proposta da entidade ou agente pesquisador, após análise do projeto apresentado, o INEP atenderá parte das despesas necessárias à execução da pesquisa.

d) Custeadas pelo INEP

Em casos especiais em que o interesse do ensino justifica, o INEP poderá tomar a iniciativa de contratar a pesquisa ou estudo com entidade ou equipe por ele selecionado.

Escolhidos os tópicos e temas, haverá um prazo de 60 dias para que os interessados se manifestem.

RECOMENDAÇÃO:

Atenção especial deverá ser dada às Universidades e aos Centros de excelência, a fim de que se sintam estimulados a sugerir os tópicos e temas selecionados pelo INEP como objeto de teses de candidatos a grau de mestrado e doutorado.

B) Em relação à análise do projeto, alocação de recursos, acompanhamento e controle da execução.

Criação de comissão especial.

Em 5/4/1972

CÉLIA LUCIA MONTEIRO DE CASTRO - (Coordenador)

EULINA FONTOURA DE CARVALHO

JOSÉ ZACARIAS SÁ CARVALEO

JÚLIA AZEVEDO - (relator)

OSCAR DE OLIVEIRA

SUZANA GONÇALVES

TEREZINHA PIANCASTELLI

VERA CANDAU

COMISSÃO II - 2º Grau

Dias 4 e 5

Relatório de Atividades

- Objetivos - 1- Estabelecer critérios de prioridades de estudos e pesquisas a serem desenvolvidos em 1972 e 1973 seja pelo PAT (Programa Anísio Teixeira) do INEP seja por programas de outros órgãos executores de pesquisas;
- 2- Recolher informações, no âmbito do II Grau, dos Centros Regionais de Pesquisas do INEP, de outros setores de pesquisas e organismos de educação relativas a:
- a) necessidades de estudos e pesquisas sentidas na área;
 - b) estudos e pesquisas já em andamento;
 - c) entidades e especialistas em condições de executarem projetos específicos.
- 3- Relacionar as sugestões de temas e pesquisas apresentados.

Comissão -

INEP - José Augusto Dias (Coordenador)

Nadia Franco da Cunha

Myriam Rose Raphaelian

CENAFOR - Eloycic Rodrigues da Silva

Guilherme Dutra da Fonseca

Manoel Cabral de Castro

CNRH - Odaleia Cleide Alves Ramos

USAID - Jorge Belfort Coelho de Moraes

IDEG - João Augusto Tarquínio de Souza

USP - Heládio Antunha

Desenvolvimento dos trabalhos - dia 4

A Comissão identificando os objetivos precípuos dos trabalhos a serem desenvolvidos das 14,00 às 18,00 horas elaborou questionário a ser submetido às fontes a serem consultadas no período.

As indagações da Comissão giraram em torno das realizações e projetos de outras entidades de pesquisa com que as fontes consultadas houvessem trabalhado; estabelecimento de prioridades de estudo seja do ponto de vista técnico seja de âmbito geográfico de ação; possibilidades de colaboração entre as fontes a serem consultadas e o INEP, além das já enunciadas no ítem Objetivos (Nº 2, alíneas a, b e c).

Foram ouvidos:

1- CENAFOR - Encaminhou Exposição de Motivos para desenvolvimento do programa conjunto de pesquisas para o ensino de 2º grau. A mencionada Exposição de Motivos sugere seja constituída "Comissão inter-disciplinar de pesquisadores de alto nível para que tomando como ponto de partida o Projeto PENTEC" (apresentado, a pedido do CENAFOR, pelo American Institutes for Research A.I.R.), para elaboração de "um projeto Nacional de pesquisas educacionais e treinamento de pesquisadores para o ensino de 2º grau".

Foi sugerido ainda que a referida comissão de especialistas fosse constituída por elementos do INEP, DEM, CENAFOR, CEPEMO, AIR e IPEA.

Os tópicos essenciais do programa versam sobre:

1. de cunho psico-pedagógico, tais como:

- organização, análise e avaliação de currículos fundamentados em estudos de comportamento;
- metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais.

2. de cunho administrativo, tais como:

- estrutura de poder na burocracia educacional;
- recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico administrativo;
- análise de custos das experiências de 2º grau;
- processo de introdução de inovações.

3. de cunho interdisciplinar, tais como:

- avaliação dos recursos humanos de 2º grau, tanto de natureza quantitativa como qualitativa;
- elaboração de perfis de pessoal docente e técnico administrativo.

4. de cunho sócio-econômico, tais como:

- análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigido pelo mercado de trabalho;
- evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos específicos;
- comportamento da estrutura profissional de acordo com a mudança tecnológica.

As pesquisas em andamento sob a responsabilidade do CENAFOR são as seguintes:

- 1- Potencial de clientela dos cursos de formação do CENAFOR;
- 2- Profissionais de nível médio e superior da indústria paulista.

PRODEM

- Representado pelo Sr. Carlos Paria colocou como temas prioritários na área de pesquisas para o ensino de 2º grau os seguintes:

- 1) Elaboração de currículos em função do mercado de mão de obra.
- 2) Formação e treinamento de professores visando ao atendimento eficaz de situações novas de ensino decorrentes da lei de Reforma de Ensino.

- CRPEMG** - Representado pela Profª. Teresinha Campos Avendanho (sugestão de temas em anexo).
- CRPEPE** - Representado pela Profª. Miriam Brindeiro (sugestão de temas em anexo).
- CRPERGS** - Representado pelo Profº. Odiles Pereira (sugestão de temas em anexo).
- CRPEBA** - Representado pela Profª. Regina Espinheira (sugestão de temas em anexo).
- CNRH** - Representado por Odaleia Ramos. Foi colocado o tema de Financiamento e Custos da Educação particularmente no que concerne ao ensino de 2º grau como sub-setor da macro-economia da educação.



Dia 5

- SRAV - PR** - Representado pela Profª. Malba Teixeira (sugestão de temas em anexo).
- CBPE** - Representado pela Profª. Elza Nascimento Alves
(sugestão de temas em anexo).

COMISSÃO II - 2º GRAU

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES (Continuação)

U S A I D - Representado pelo Prof. JORGE BELFORT COELHO DE NORAIIS

Colocou a posição e objetivos da U S A I D em relação a esta reunião: requerer dos órgãos de pesquisa que detalhem o mais possível e que desejam da entidade e, em particular, ao I N E P, a definição da área de pesquisas para a sua participação.

I D E G - Representado pelo Sr. JOÃO AUGUSTO TARQUINIO DE SOUZA.

Expôs a relação de pesquisas realizadas e em andamento, sendo, na sua maioria, ligadas ao campo de Recursos Humanos (em anexo).

* * * * *

*Comissão II
2º grau*

CONCLUSÕES DOS TRABALHOS

1. - Critérios de triagem das sugestões de temas de pesquisas apresentadas:

- a - enquadramento, em princípio, nos aspectos psico-pedagógicos, administrativos, sócio-econômicos e relativas aos Recursos Humanos;
- b - aplicabilidade ao 2º grau;
- c - especificidade, precisão e delimitação do campo;
- d - considerados como não sendo tarefas específicas de órgãos de administração direta.

2. - Relação dos temas selecionados:

a. aspectos psico-pedagógicos:

- a.1 - organização, análise e avaliação de currículos fundamentados em estudos de comportamento;
- a.2 - metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais;
- a.3 - problemas de articulação do 2º grau com os demais níveis de ensino;
- a.4 - avaliação da orientação educacional;
- a.5 - rendimento escolar.

b. aspectos administrativos:

- b.1 - estrutura de poder na administração do ensino;
- b.2 - análise de custos das experiências de 2º grau;
- b.3 - processo de introdução de inovações;
- b.4 - estudo da demanda do pessoal docente, técnico e de supervisão para o ensino do 2º grau;
- b.5 - avaliação de métodos e experiências já realizadas na área do 2º grau;
- b.6 - aspirações dos estudantes do 2º grau.
- b.7 - avaliação do desempenho de sistemas e unidades de ensino do 2º grau.

c. Aspectos relativos a Recursos Humanos:

- c.1 - avaliação dos recursos humanos do 2º grau, tanto de natureza quantitativa como qualitativa;
- c.2 - elaboração de perfil de pessoal docente e técnico-administrativo;
- c.3 - recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico-administrativo.

d. Aspectos sócio-econômicos:

- d.1 - análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigido pelo mercado de trabalho;
- d.2 - evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos específicos;
- d.3 - comportamento da estrutura ocupacional de acordo com a mudança tecnológica e as novas necessidades da sociedade emergente.
- d.4 - acompanhamento de egressos de escolas de 2º grau.
- d.5 - aspirações dos estudantes de 2º grau.

profissionais

OBSERVAÇÃO: os itens enrolados se referem a áreas de pesquisa e não a temas específicos.

* * * * *

REUNIÃO CONJUNTA I N E P/ÓRGÃOS DO MEC/CENTROS DE PESQUISAS
EDUCACIONAIS E AUDIOVISUAL, PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE
PESQUISAS, BIENIO 72/73

Dias 4 e 5/4/1972

RELAÇÃO FINAL DOS PARTICIPANTES

COMISSÕES:

I (Ensino de 1º grau): LÚCIA MARQUES PINHEIRO - (Coordenador)
MARIA AVANY DA GAMA ROSA
MARIA LAIS MOUSINHO GUIDI
NAIR TULHA EVANGELISTA
THEREZINHA CAMPOS AVENDANHO
REGINA BELTRÃO ESPINHEIRA DA COSTA
ODILES FONSECA PEREIRA
ELZA NASCIMENTO ALVES
DENISE CHACAS LEITE

II (Ensino de 2º grau): JOSÉ AUGUSTO DIAS - (Coordenador)
HELÁDIO ANTUNHA
ODALEIA CLEIDE ALVES RAMOS
NÁDIA FRANCO CUNHA
JORGE BELFORT COELHO DE MORAIS
JOÃO AUGUSTO TARQUINIO DE SOUZA
ELOYSIOS RODRIGUES DA SILVA
GUILHERME DUTRA DA FONSECA
MANOEL CABRAL DE CASTRO
MYRTIAN ROSE RAPHAELIAM

III (Ensino Superior): CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DE CASTRO - Coordenadora
SUZANA GONÇALVES
JOSÉ ZACARIAS SÁ CARVALHO
EULINA FONTOURA DE CARVALHO
VERA CANDAU
OSCAR OLIVEIRA
TEREZINHA PIANCASTELLI
JÚLIA AZEVEDO

IV (ÁREAS ESPECIAIS):

MALBA SANTIAGO FERREIRA - (Coordenador)
JORGE GRACIARENA
MARIANA ÁLVARES DA CRUZ
NORMA PÓRTO
LUIZ ANTONIO MACEDO
TEDA DIAS DA SILVA
ESTELA CECÍLIA DUARTE
HOMERO DE OLIVEIRA
MARIA IGNEZ SOUZA SILVA BROD
MARIA DAS GRAÇA BRAGA MALEGKIN
MYRIAN BRINDEIRO DE MORAIS VASCONCELOS

COMISSÃO DE NORMAS:

JÚNIA JONHSON - (Coordenador)
MARIA YVONNE ATALECIO DE ARAÚJO
NELMA DE ABREU E LIMA FRERES

A P O I O A D M I N I S T R A T I V O

SECRETARIA EXECUTIVA

Responsável: SILVÉRIO ALVES PEREIRA

Atribuições: Coordenar as atividades de Secretaria

- Distribuir tarefas (material a ser datilografado, desenhado, mimeografado, etc.).
- Providenciar - passagens
 - hospedagem
 - refeições (café ou refresco nos intervalos)
 - pagamento dos componentes das Comissões.

Auxiliar do Responsável: LOURDES PINTO SIQUEIRA

Atribuições: Dar apoio ao responsável e dividir com ele as tarefas maiores.

MECANOGRAFIA: Datilógrafos:

- ELIZABETH VEZO
- LAURA MARIA DA SILVA MAIA
- TEREZA MARIA MONTOJOS
- ZULEMA PAIVA COSTA

Atribuições: Datilografar o material necessário à realização da reunião e material produzido durante a mesma.

MIMEÓGRAFO: JOÃO FAUSTO DO NASCIMENTO

OBS.: - A Equipe de Apoio permanecerá no local da reunião.

Qualquer solicitação dos participantes do encontro deverá ser feita diretamente ao responsável pela Equipe, que se encarregará do atendimento que se fizer necessário.

O INEP desenvolverá, no exercício de 1972/73, o PROGRAMA ANÍSIO TEIXEIRA (PAT), de estudos e pesquisas educacionais, a fim de oferecer subsídios para a consecução, na forma mais completa possível, dos objetivos da política educacional em vigor ou para a reformulação dessa política.

OBJETIVOS DO PAT:

O PAT terá como meta a consecução dos seguintes objetivos:

- conhecer a situação da educação nacional, no momento em que se iniciam as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino universitário, a fim de possibilitar correta e ampla avaliação das medidas que vierem a ser adotadas;
- identificar as debilidades dos diversos sistemas de ensino, conhecer das respectivas causas, e experimentar e sugerir medidas para eliminá-las, a fim de que não venham a impedir ou dificultar a implantação das reformas citadas;
- oferecer subsídios para orientar a formação profissional de nossa juventude, em função das necessidades, em pessoal, das diversas áreas de atividade do País, bem como das inclinações dos jovens brasileiros.

SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO DO PAT

- O PROGRAMA ANÍSIO TEIXEIRA (PAT) será elaborado por quatro comissões destinadas a atender as áreas do ensino de 1º grau, 2º grau, superior e áreas especiais (alfabetização, tecnologias educacionais etc...).
- Cada comissão será composta por pesquisadores (preferentemente) ou especialistas em educação e outras áreas (sociologia, economia, psicologia etc...), visando obter-se, sempre, o caráter multidisciplinar nas pesquisas.
- Os Centros de Pesquisas Educacionais e o Serviço de Recursos Audiovisuais do INEP, localizados em SP, RS, PE, GB, MG, BA e PR, através dos seus setores de pesquisas ficarão encarregados da elaboração de um documento preliminar objetivando:
 - a) informar sobre as necessidades de estudos e pesquisas na área;
 - b) informar sobre os estudos e pesquisas que estão sendo focalizados na área;
 - c) indicar as entidades e/ou especialistas em condições de executarem projetos específicos.

O documento referido deverá desdobrar-se em tantos capítulos quantos os níveis de ensino enfocados. Sclicita-se, ainda, seja referendado por todos os profissionais que tenham colaborado na sua elaboração.

SISTEMÁTICA DE AÇÃO A NÍVEL/CENTROS

- Para a elaboração do documento preliminar, os Centros deverão manter contato com as Secretarias de Educação, Universidades, instituições locais de pesquisa, organismos regionais, quando for o caso, e demais órgãos que julgarem convenientes, de modo a que o Programa seja planejado através de ampla consulta com os potenciais utilizadores das pesquisas e/ou executores.

SISTEMÁTICA DE AÇÃO A NÍVEL/INEP-SEI E

- A fim de que as 4 comissões compostas por níveis de ensino possam apresentar o documento final, que consistirá na própria definição do PAT, realizar-se-á, no período de 4 a 7 de abril próximo, uma reunião que contará com a participação de representantes dos Centros de Pesquisas Educacionais (preferentemente os responsáveis pela Divisão de Pesquisas) e o Serviço de Recursos Audiovisuais do INEP e representantes de órgãos do MEC.
- Os representantes dos Centros de Pesquisas Educacionais e do Serviço de Recursos Audiovisuais serão os portadores dos documentos preliminares elaborados nos Estados.
- As 4 comissões ouvirão os elementos mencionados no primeiro item, objetivando sentir as necessidades mais prementes e as prioridades a serem definidas em termos de pesquisa educacional.
- Será, em seguida, elaborado o documento final de cada comissão, indicando escopo dos projetos em alguns casos e temas em outros, coordenadores, executores, área de abrangência, previsão de custos e prazo de execução.
- O documento final será levado a discussão em reunião conjunta das 4 comissões.
- Aprovado o PAT, os executores terão o prazo de 60 dias para elaborarem e apresentarem os projetos ao INEP para julgamento de sua viabilidade técnica e financeira.
- O início de execução propriamente dita do PAT está fixado para os primeiros dias de julho vindouro.

ALGUNS SUBSÍDIOS PARA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES

1. Delimitar a área em que incidirão as pesquisas levando-se em conta o fato educacional como parte da sociedade a que serve, e a escola, um subsistema dentro de um sistema - a comunidade. Vale dizer, a pesquisa numa realidade geo-sócio-econômica cultural, com vista aos objetivos e conômicos, sociais e culturais do processo educacional.
2. Avaliar os temas das pesquisas e selecioná-las de acordo com as prioridades nacionais, em termos das metas do governo.
3. Analisar os temas das pesquisas a fim de evitar:
 - a) a repetição de pesquisas já realizadas, uma vez comprovada a validade de tais pesquisas;
 - b) a realização de pesquisas de pouco ou nenhum interesse ou que apenas venham a satisfazer a curiosidade intelectual de pesquisadores.
4. Atribuir-se (cada comissão) o direito de opinar sobre as pesquisas das demais comissões, selecionando, por consenso, as que melhor satisfazem aos demais itens.
5. Apresentar condições (fundamentais nas normas gerais do INEP) para a escolha dos pesquisadores que vão realizar as pesquisas (gerentes e pessoal envolvido), isto é, nível superior, preferencialmente entre cursos que ofereçam um bom back-ground sobre o assunto e mesmo estudos sobre a metodologia da pesquisa, tais como: Sociologia (Ciências Sociais), Economia, Psicologia e Pedagogia.
6. Discutir (não para efeito de desenvolvimento da própria pesquisa) as metodologias mais adequadas aos temas escolhidos, a fim de se fazer, a grosso modo, uma estimativa tanto da abrangência da pesquisa (em nível nacional, regional, local), quanto das verbas que serão atribuídas a cada comissão, com seu rol de pesquisas selecionadas.

Sugestão (*)

Aspectos a serem considerados

1- Órgão ou entidade participante:

2- Necessidade de pesquisas: (delimitação do campo)

3- Projeto de pesquisa apresentado:

4- Objetivos:

5- Prioridades I

O(s) projeto(s) atende(m) a objetivos do Plano Setorial de Educação nas seguintes áreas:

Educação a nível de 1º grau

Educação a nível de 2º grau

Educação a nível superior

Alfabetização de adultos

Tecnologia educacional em qualquer nível

Prioridade II

O(s) projeto(s) atende(m) a objetivos de outras áreas do Plano Setorial de Educação

6. Investimentos

1972

1973

1974

a) Recursos disponíveis no Orçamento-Programa

b) Recursos disponíveis no Orçamento Plurianual de Investimentos

c) outros

(*) Observação: Cada Comissão encarregar-se-á do preenchimento de 1 ficha para cada órgão ou entidade participante.

REUNIÃO CONJUNTA I N E P/ÓRGÃOS DO MEC/CENTROS DE PESQUISAS
EDUCACIONAIS E AUDIOVISUAL, PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE
PESQUISAS, BIÊNIO 72/73

4 e 5/4/1972

A G E N D A

1. LOCAL: ESCOLA DE COMANDO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO - (ECEME)
PRAÇA GEN. TIBÚRCIO - PRAIA VERMELHA -

P R O G R A M A

D I A	H O R Á R I O	A T I V I D A D E S
4	(9,00 às 10,30 hs.) 11,00 às 12,00 hs. 12,00 às 14,00 hs. 14,00 às 18,15 hs.	(Reunião prévia das 4 comissões) ABERTURA: - Cel. AYRTON DE CARVALHO MATTOS A L M O Ç O Reuniões de cada Comissão com diretores ou representantes de órgãos do MEC e dos Centros do INEP (Vide esquema anexo).
5	9,00 às 10,00 hs. 10,00 às 10,15 hs. 10,15 às 12,15 hs.	Prosseguimento dos trabalhos das Comissões. I N T E R V A L O Prosseguimento dos trabalhos das Comissões

OBS.: O trabalho isolado de cada Comissão terá continuidade nos dias 5 (parte da tarde), 6, 7 e 10/4/1972.

HORÁRIO DE REUNIÕES DAS COMISSÕES CON CADA REPRESENTANTE DE
ÓRGÃOS DO MEC E DOS CENTROS DO INEP

Dia: 4/4/1972

Comissões/ Órgãos Horas	COMISSÃO I (1º grau)	COMISSÃO II (2º grau)	COMISSÃO III (Superior)	COMISSÃO IV (Áreas Es- peciais)
14,00 às				
14,30	PREMEN	PRODEM	D A U	D E C
14,30 às				
15,00	PREMEN	PRODEM	D A U	MOBRAL
15,00 às				
15,30	CRPE/BA	CRPE/MG	CAPES	D A C
15,30 às				
16,00	-	-	CAPES	PRONTEL
16,00 às				
16,15	I N T E R V A L O			
16,15 às				
16,45	CRPE/MG	CRPE/BA	CRPE/PE	PRONTEL - INC
16,45 às				
17,15	CRPE/PE	CRPE/RS	CRPE/BA	PRONTEL-FCBTVE
17,15 às				
17,45	CRPE/RS	CRPE/PE	CRPE/MG	PRONTEL-SRE
17,45 às				
18,15	CBPE	SRAV	CRPE/SP	CRPE/BA

Dia: 5/4/1972

9,00 às				
9,30	CRPE/SP	CBPE	CRPE/RS	CRPE/MG
9,30 às				
10,00	SRAV	CRPE/SP	CBPE	CRPE/PE
10,00 às				
10,15	I N T E R V A L O			
10,15 às				
10,45	-	-	SRAV	CRPE/RS
10,45 às				
11,15	-	-	-	CRPE/SP
11,15 às				
11,45	-	-	-	SRAV
11,45 às				
12,15	-	-	-	CBPE